



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 313/2023

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2023

<b>OBJETO</b>	SERVIÇO DE STREAMING
---------------	----------------------

<b>FUNDAMENTO LEGAL</b>	Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações
-------------------------	--

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<u>339040-07</u> – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) – PESSOA JURÍDICA/ SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS
-----------------------------	---



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

### SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE STREAMING

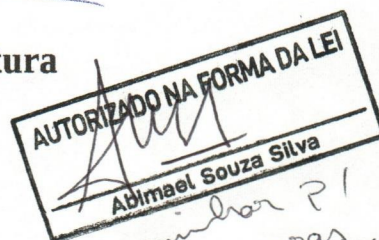
Sra. Chefe do Departamento de Compras  
Dulcilene Lourenço de Oliveira Freire

Solicito a renovação do contrato de empresa para prestação de serviço de streaming com a Câmara Municipal de Jataí – GO.

Justificativa: O serviço é de extrema relevância, para levar ao nossos usuários e ouvintes todas as gravações das sessões plenárias, reuniões e eventos filmados e transmitidos pela TV e Rádio CMJ, cumprindo o dever de levar a transparência a toda população de nossa cidade.

Jataí, ~~04~~ de março de 2023.

Lívio de Assis Costa  
Chefe de tecnologia e infraestrutura



*encaminhar P1  
compras*





**MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

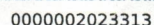
**REQUISIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO**

**Requisição:** 902 **Situação:** APROVADO  
**Departamento:** 15 - DEPARTAMENTO DE INFORMATICA  
**Usuário Analise:** DULCILENE LOURENCO DE OLIVEIRA FREIRE  
**Observação:** SERVIÇOS DE STREAMING

**Data Solicitação:** 01/03/2023  
**Data Analise:** 27/03/2023

Item	Qtd. Aprovada	Unidade	Vlr.Unitário	vlr.Total	Saldo	Produto/Serviço	Observação
1	12,000	UNIDADE	0,0000	0,0000	0,0000	2847 - STREAMING PARA TRANSMISSÃO DE RÁDIO E TV ON-LINE	

<b>TOTAL PRODUTO:</b>	1
<b>TOTAL GERAL:</b>	0,00



**Visualizar Anexo:**





	Streaming de Rádio e TV on-line								
	Estimativa de Custo								
ÍTEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTD.	EMPRESAS				Média valor Unit.	Valor total estimado
				Portal Centro Oeste	Banco de Preços	AdvanceHost	Grupo Zoe		
							CNPJ – 08.154.331/0001-98		
				Fone – 3631.5156		CNPJ – 13.696.831/0001-91	Tirza		
1	Streaming para transmissão de Rádio e TV on-line	Unids	12	R\$ 980,00	R\$ 3.064,50	R\$ 1.399,00	R\$ 812,50	R\$ 1.564,00	R\$ 18.768,00
								Estimado:	R\$ 18.768,00

Jataí, 01 de março de 2023

  
**Dulcilene L. de Oliveira Freire**  
**Chefe do Deptº de Compras**



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>08.154.331/0001-98</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>12/07/2006</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>ZOEWEB PLAY LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ZOEWEB</b>		PORTE <b>EPP</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>18.30-0-03 - Reprodução de software em qualquer suporte</b> <b>43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias</b> <b>43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras</b> <b>60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</b> <b>61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações</b> <b>61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente</b> <b>62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda</b> <b>62.01-5-02 - Web design</b> <b>62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis</b> <b>62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis</b> <b>62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação</b> <b>62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação</b> <b>63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet</b> <b>73.11-4-00 - Agências de publicidade</b> <b>77.32-2-02 - Aluguel de andaimes</b> <b>77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes</b> <b>77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros</b> <b>82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo</b> <b>82.30-0-02 - Casas de festas e eventos</b> <b>90.03-5-00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>AV DEPUTADO JAMEL CECILIO</b>	NÚMERO <b>2690</b>	COMPLEMENTO <b>QUADRA 26 LOTE 16/17 SALA 708/709 EDIF METROPOLITAN BUSINES</b>	
CEP <b>74.810-100</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>JD GOIAS</b>	MUNICÍPIO <b>GOIANIA</b>	UF <b>GO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ADMINISTRATIVO@GRUPOZOE.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(62) 3412-4732/ (62) 9924-8567</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/07/2006</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **28/03/2023** às **14:01:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



			
<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>			
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>08.154.331/0001-98</b> MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA <b>12/07/2006</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>ZOEWEB PLAY LTDA</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>93.11-5-00 - Gestão de instalações de esportes</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>AV DEPUTADO JAMEL CECILIO</b>		NÚMERO <b>2690</b>	COMPLEMENTO <b>QUADRAB26 LOTE 16/17 SALA 708/709 EDIF METROPOLITAN BUSINES</b>
CEP <b>74.810-100</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>JD GOIAS</b>	MUNICÍPIO <b>GOIANIA</b>	UF <b>GO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ADMINISTRATIVO@GRUPOZOE.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(62) 3412-4732/ (62) 9924-8567</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>12/07/2006</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **28/03/2023** às **14:01:32** (data e hora de Brasília).

Página: **2/2**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ZOEWEB PLAY LTDA**  
**CNPJ: 08.154.331/0001-98**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:37:20 do dia 09/02/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/08/2023.

Código de controle da certidão: **94DF.1840.BF84.150A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 08.154.331/0001-98  
**Razão Social:** ZOEWEB PLAY LTDA  
**Endereço:** AV DEPUTADO JAMEL CECILIO 2690 Q B26 LT16/17 SL708 / JARDIM GOIAS / GOIANIA / GO / 74810-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

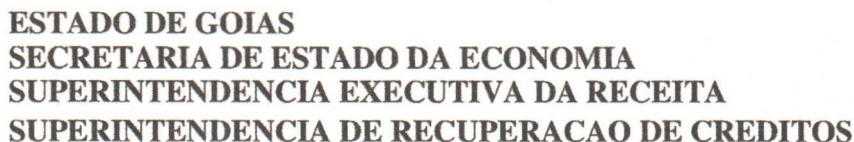
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/03/2023 a 14/04/2023

**Certificação Número:** 2023031601115970186006

Informação obtida em 28/03/2023 14:02:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**NR. CERTIDÃO: N° 36970589**

CNPJ  
08.154.331/0001-98

NAO CONSTA DEBITO

Esta certidão é expedida nos termos do Parágrafo 2 do artigo 1, combinado com a alínea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento hábil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida  
ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

**EMITIDA VIA INTERNET**

**HORA:** 14:7:54:2



Secretaria Municipal de Finanças

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL  
POSITIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA  
PESSOA JURÍDICA  
NÚMERO DA CERTIDÃO: 982.335-9**

Prazo de Validade: até 25/06/2023

CNPJ: 08.154.331/0001-98

**Certifica-se** que até a presente data **CONSTAM DÉBITOS VENCIDOS (AJUIZADOS OU NÃO)** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CPF ou CNPJ, nos termos dos artigos 156, 157 e 158 inciso I do caput, parágrafo 1º, inciso III, e parágrafos 4º e 7º, e os artigos 159 e 160 da Lei Complementar Municipal nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

Esta CERTIDÃO abrange todos os débitos de créditos, mobiliários e imobiliários, de natureza tributária e não tributária, nos termos do artigo 159 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 160 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 162 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

GOIANIA(GO), 28 DE MARÇO DE 2023

**ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br). Qualquer Rasura ou emenda invalidará este documento.**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ZOEWEB PLAY LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 08.154.331/0001-98

Certidão nº: 13063218/2023

Expedição: 28/03/2023, às 14:03:17

Validade: 24/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ZOEWEB PLAY LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.154.331/0001-98**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

1

## PROCURADORIA JURÍDICA

### PARECER JURÍDICO REFERENCIAL N° 001/2019

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

### Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

“9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, **não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes**, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.





## Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*... omissis*

*II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea “a”, referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

*“Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

3

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e*

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."*

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descurar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

4

## Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreto amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora Jurídica**

RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919  
104

Assinado de forma digital por  
RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919104  
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## ANEXO

### ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo nº **313/2023**, que objetiva a contratação de empresa **ZOEWEB PLAY LTDA**, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 02/03/2023

  
Dulcilene L. de Oliveira Freire  
Chefe do Deptº de Compras



# Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339040 / 07 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica / Serviços de Comunicação de Dados**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de contratação para a Câmara Municipal de Jataí.

**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor de R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais), nesta dotação.

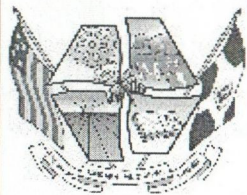
Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 02 de março de 2023.

  
Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4





PARÂMETROS -> Todas dos órgãos escolhidos

COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTAÇÃO DE 02/03/2023 ATÉ 02/03/2023

CÓDIGOS	TÍTULOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				EMPENHADO		SALDO DOTAÇÃO	LIQUIDADO		PAGO		DESPESAS A PAGAR
		ORÇADO	PERÍODO	ACUMULADO	DOT. ATUALIZ.	PERÍODO	ACUMULADO		PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO	
0008.3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomocao	501,76			501,76			501,76					
0009.3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos Terceiriza	1.788,04			1.788,04			1.788,04					
0010.3.3.90.35.00	Servicos de Consultoria	433,98			433,98			433,98					
0011.3.3.90.36.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	90.000,00			90.000,00			90.000,00					
0012.3.3.90.37.00	Locacao de Mao-de-Obra	9.486,80			9.486,80			9.486,80					
0013.3.3.90.39.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	730.000,00			730.000,00		145.483,80	584.516,20	118,77	23.054,10	118,77	20.445,27	125.038,53
05	Servicos Tecnicos Profissionais						9.350,00			7.350,00		7.350,00	2.000,00
16	Manutencao de Conservacao de Bens Imoveis						3.900,00			2.500,00		2.500,00	1.400,00
20	Manutencao e Conservacao de Bens Moveis de Ou						2.900,00			300,00		300,00	2.600,00
41	Fornecimento de Alimentacao						11.433,80		118,77	2.385,32	118,77	2.385,32	9.048,48
43	Servicos de Energia Eletrica						50.000,00			7.058,98		4.688,95	45.311,05
44	Servicos de Agua e Esgoto						20.000,00			581,24		342,44	19.657,56
46	Servicos Domesticos						3.500,00			105,00		105,00	3.395,00
47	Servicos de Comunicacao em Geral						15.000,00						15.000,00
58	Servicos de Telecomunicacoes						14.400,00			1.721,08		1.721,08	12.678,92
81	Servicos Bancarios						8.000,00			642,48		642,48	7.357,52
83	Servicos de Copias e Reproducao de Documentos						7.000,00			410,00		410,00	6.590,00
0014.3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunica	150.000,00			150.000,00	9.750,00	21.400,00	128.600,00		10.070,04		10.070,04	11.329,96
04	Locação de Software						9.635,00			9.635,00		9.635,00	
07	Serviços de Comunicação de Dados					9.750,00	9.750,00						9.750,00
10	Suporte de Infraestrutura de TIC						2.015,00			435,04		435,04	1.579,96
0015.3.3.90.92.00	Despesas de Exercicios Anteriores	100,00			100,00			100,00					
	SOMA - MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL	15.244.410,58			15.244.410,58	14.407,58	2.202.329,98	13.042.080,60	5.126,35	2.031.275,84	9.866,92	2.024.009,43	178.320,55
01.271	Previdencia Basica												
01.271.2839	ENCARGOS ESPECIAIS												
9061	ENC.PREV.C/O REGIME GERAL DE PREVIDÊNC												
0016.3.1.90.13.00	Obrigacoes Patronais	2.000.000,00			2.000.000,00		147.787,50	1.852.212,50		147.787,50		147.787,50	
02	Contribuição Patronal para o INSS						147.787,50			147.787,50		147.787,50	
0017.3.1.90.92.00	Despesa de Exercício anterior	100,00			100,00			100,00					
	SOMA - ENC.PREV.C/O REGIME GERAL DE PRE	2.000.100,00			2.000.100,00		147.787,50	1.852.312,50		147.787,50		147.787,50	
01.272	Previdencia do Regime Estatutario												
9001	ENC.PREV. C/O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊ												
0018.3.1.91.13.00	Contribuição Patronal para o RPPS	1.500.000,00			1.500.000,00		155.103,59	1.344.896,41		155.103,59		155.103,59	
04	Contribuição Patronal para o RPPS (Modalidade de						155.103,59			155.103,59		155.103,59	
0019.3.1.91.92.00	Despesas de Exercicios Anteriores	100,00			100,00			100,00					

ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI  
C.N.P.J.: 24.858.805/0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

**CERTIFICADO DE REGULARIDADE**

Certifico para os devidos fins que a presente  
despesa foi atestada

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO**

SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO NºDECRETO: 0000042015

**1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1.1 - CÓD.		1.2 - DOCUMENTO					1.3 - FONTE DE RECURSOS			1.4 - NÚMERO	
343496		NOTAS DE EMPENHO					Recursos Não Vinculados de Impostos / Recurso:			-1	
1.5 - DATA DE EMISSÃO		1.6 - NÚMERO DO PROCESSO			1.7 - TIPO		1.8 - FICHA		1.9 - SALDO ANTERIOR		
02/03/2023		0002323/23			GLOBAL		0014.000				
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR		
2023	01	01	01	0139	031	2.001	3.3.90.40.07	100.000	9.750,00		
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL		
CAMARA MUNICIPAL											
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									1.23 - REQUISIÇÃO		
MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL											

**2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR**

2.1 - NOME		2.1 - CPF OU CNPJ			
ZOEWEB PLAY LTDA-ME		08.154.331/0001-98			
2.3 - ENDEREÇO		2.4 - MUNICÍPIO		2.5 - UF	
		JATAI		GO	

**3 - HISTÓRICO**

3.1 - ESPECIFICAÇÃO	
EMPENHO PARA SERVIÇO DE STREAMING PARA RADIO E TV DA CMJ.	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO	4.2 - VALOR
(NOVE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)	9.750,00

ABIMAELOUZA SILVA  
CPF: 820.941.871-87  
PRESIDENTE DA CÂMARA

  
ADONAE AUGUSTO PEREIRA  
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210  
CONTADOR





## SOLICITAÇÃO DE COMPRA

**Código Data**

810 02/03/2023

**Intituição**

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

**Natureza da Compra**

DISPENSA

**Descrição****Departamento**

DEPARTAMENTO DE INFORMATICA

**Finalidade****Processo**

313 - Solicitação de renovação de contrato de empresa para prestação de serviço de streaming.

**Situação**

APROVADO

### Dotação Orçamentária

**Ficha**

0014.000

**Elemento**

33904000

**Especificação**

Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica

**Função**

1 - LEGISLATIVA

**Fonte**

100 - Recursos Não Vinculados de Impostos

**Subfunção**

31 - Acao Legislativa

**Ação**

MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL

**Programa**

PROCESSO LEGISLATIVO

### Produtos

Código	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor ref.	Total
2847	STREAMING PARA TRANSMISSÃO DE RÁDIO E TV ON-	UNIDADE	12,00	812,50	9.750,00
Valor Total da Solicitação:					9.750,00

### VENCEDORES

Fornecedor	Nº Item	Produto / Serviço	Un.Medida	Quantidade	Vr Unitário	Vr Total
ZOWEB PLAY LTDA	1	STREAMING PARA TRANSMISSÃO DE	UNIDADE	12,00	812,50	R\$ 9.750,00

**Valor Total: R\$ 9.750,00**